

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Aos 31 dias de janeiro de 2023, através da plataforma Jitsi Meet, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC/SA:

Representando a Sociedade Civil:

Adilson Gonzaga Martins Alves, Flávio Dias Marin, Josenilda Maria da Silva, Juliano de Assis Roberto, Renata Soares de Oliveira, Silvia Helena F. Passarelli e Viviane Ferraretto da Silva Pires.

Representando o Poder Público:

Secretaria de Cultura – Antônio Inácio Siqueira Junior, Eliane Mendana Diniz, Marco Moretto Neto, Valéria Fonseca e Viviane Gomes da Rocha.

Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego: Tábata Riatto da Silva;

Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária: Nathália Andrade dos Santos;

Secretaria de Esporte e Prática Esportiva: Andreia Geraldo;

Secretaria de Cidadania e Assistência Social: Telma Canevazzi;

Como ouvintes/convidados: Adilson Ramos de Lima, Gabriela da Fonseca Simioni, Marilena Nakano, Maria Elena Villar e Villar, Irene Barros, Valéria Wolk, Marco REBISA e Luciana Tavares.

Para tratar a seguinte pauta e informes:

Informes:

- Aprovação das atas de reunião ordinária de novembro/2022;
- Lei Paulo Gustavo;
- Conferências de Cultura;
- Pedido de fala feito por Marilena Nakano sobre Fundo Municipal de Cultura e Programa de Descentralização.

Pauta:

- Calendário de reuniões CMPC/SA;
- Debate sobre o programa de descentralização.

A reunião é iniciada às 19h pela Presidenta do CMPC/SA, Silvia Helena F. Passarelli com o quórum necessário.

São dadas as boas-vindas aos conselheiros, ouvintes e convidados, em seguida são tratados os seguintes informes:

- **Aprovação da ata de reunião ordinária de novembro/2022:** A referida ata é aprovada de forma unânime pelo CMPC/SA.

- **Lei Paulo Gustavo:** Marco Moretto Neto fala sobre as reuniões ampliadas com a sociedade civil, uma ocorrida no final de 2022 e outra em janeiro de 2023, ambas com participação expressiva da sociedade civil e diálogo proveitoso.

Relata o que na primeira reunião foi tratada a lei, como está estruturada, divisão do recurso em Santo André e foi aberto espaço para escutar os participantes. No segundo encontro foi apresentado canal de comunicação criado pela Secretaria de Cultura, uma página específica sobre a Lei Paulo Gustavo onde todas as informações serão concentradas, incluindo as ações que já aconteceram (reuniões e suas atas), agenda futura de reuniões e demais documentos produzidos sobre a Lei Paulo Gustavo.

Fala sobre a criação de um calendário mais intenso de reuniões com a sociedade civil, a partir da segunda quinzena de fevereiro/2023 quando está prevista a regulamentação da lei. Aborda debate do GT na última semana e a decisão de estabelecer um formato melhor desenhado dos editais e suas categorias e condições de seleções, portanto, o GT se dedicará mais a esta produção nas próximas reuniões.

Fala sobre material criado pelo município de São Bernardo do Campo que servirá como referência e será trabalhado a partir de um formato básico de edital já existente e adaptado para as características da Lei Paulo Gustavo, a previsão é ter um esboço desses editais para discutir junto a sociedade civil.

Esclarece que paralelo a este trabalho do GT há uma discussão do coordenador da Escola Livre de Cinema e Vídeo com os membros da escola sobre este tema e que será levado ao GT para debate e criação de um documento único.

Silvia Helena F. Passarelli fala sobre a proposta de agendar uma reunião com o grupo ampliado e reforça a necessidade de organização da pauta pelo GT.

- **Conferências de Cultura:** Marco Moretto Neto apresenta a necessidade em debater sobre o tema, que tem sido pauta do Conselho desde 2020 e há perspectiva de realizar a Conferência Municipal de Cultura ainda neste ano. Esclarece que há duas conferências a serem realizadas, sendo uma que é demanda da Conferência Nacional de Cultura e que exige conferências locais. A outra é a Conferência Municipal de Cultura para revisão do Plano Municipal de Cultura.

Retoma desenho elaborado pelo GT para a CMC que implica em ações prévias, tais como rodas de conversa, mini cursos e pré-conferências regionais, por segmento, presencial e digital. Reforça que este material precisa ser sistematizado para que dê subsídio para a Conferência, fala sobre o trabalho e logística que a organização da Conferência demanda.

Fala sobre a ação prévia que tem previsão para acontecer em março de 2023 que é a adesão da Secretaria de Cultura à Agenda 21 da Cultura e a participação no LAB21 que se trata de um workshop com duração de 01 dia e meio, onde é prevista a participação de membros do Conselho e outros agentes, sendo que uma equipe internacional da Agenda 21 vem à cidade para discutir metas e projetos para Santo André a partir dos ODS's – Objetivos de Desenvolvimento sustentável.

Silvia Helena F. Passarelli sugere que seja apresentado na próxima reunião o que é a LAB21, o que ela prevê e o cronograma para a Conferência Municipal de Cultura, já que não há previsão de calendário para a CNC.

Marco Moretto Neto esclarece que o calendário já foi apresentado ao Conselho e, neste momento, é necessário atualizá-lo. Fará atualização do cronograma e enviará previamente para aprovação em reunião.

Silvia Helena F. Passarelli faz um resumo sobre a Conferência Nacional de Cultura: No final de 2022 foi publicada portaria do Ministério de Turismo, da Secretaria Nacional de Cultura com cronograma da CNC que ainda não possui tema claro, portanto, ainda não se sabe como será.

- **Pedido de fala feito por Marilena Nakano sobre Fundo Municipal de Cultura e Programa de Descentralização:** Marilena Nakano, que solicitou fala nesta reunião apresenta seu informe, baseado em estudos elaborados pela Rede Beija-Flor, conforme apresentação abaixo:



Observações iniciais

- Dado que o tempo permitido de fala no CMPC, para membros da sociedade civil não eleitos, é de 5 (cinco) minutos, foi feita apresentação resumida (slides de 3 a 8) baseada em estudos feitos pela Rede Beija-flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André referentes a:
 1. Plano Municipal de Cultura
 2. Apresentações feitas pelas equipes de trabalho da Secretaria de Cultura, na última reunião do ano de 2022 do CMPC, sobre projetos de descentralização. Observa-se que: como não houve quórum, a reunião foi informal
 3. Estudos sobre os valores consignados ao Fundo Municipal de Cultura de Santo André, período de 2016 a 2023, expressos nas peças orçamentárias
 4. Estudos sobre o cumprimento/não cumprimento da lei relativa aos valores do tesouro municipal que devem compor os recursos do FMC (artigo 53 da lei do Sistema Municipal de Cultura) pelo Governo Paulo Serra/Simone Zárate
 5. Análise sobre os valores da Lei Paulo Gustavo destinados a Santo André e os valores consignados pelo Executivo de Santo André
 6. Análise da “Convocatória 03.01.2023 para formação de cadastro de Orientadores culturais 2023” considerando “favelas existentes na cidade segundo IBGE 2010” e “15 territórios da cidade conforme Santo André 500 anos”

DESCENTRALIZAÇÃO
Fundo Municipal de Cultura e “Territórios de Cultura” (projetos em andamento e cadastro de orientadores culturais)

DOIS TEMAS, MUITAS QUESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE DESCENTRALIZAÇÃO

Fala em nome dos Fóruns de Cultura
(31/01/23)

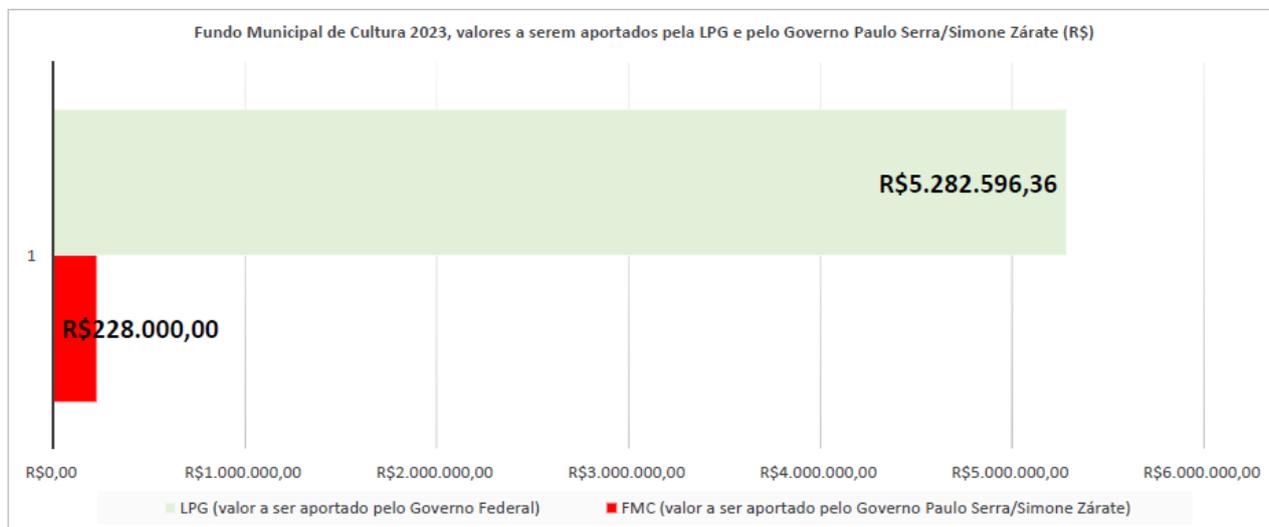
Fundo Municipal de Cultura

- Lei Paulo Gustavo nos faz olhar para o município
 - Plano de trabalho definido pelo Executivo com a participação de artistas e fazedores culturais (Federal induzindo os Municípios)
- Fica a pergunta: O que Santo André fez e faz por Santo André no campo da cultura? Qual é a política implantada pelo Governo Paulo Serra/Simone Zárate evidenciada pelos recursos que são colocados no FMC?

Territórios de Cultura

- Imperativo legal constante do Objetivo I do PMC: Ampliar a descentralização Cultural
- Pergunta-se: O que as ações em andamento revelam? O que a Convocatória 03.01.2023 revela?

Lei Paulo Gustavo não pode esconder o pequeno valor destinado ao FMC pelo Executivo de Santo André



PROPOSTA PARA EDITAIS EM DISCUSSÃO SOBRE A LPG: Recursos: a) LPG + b) Municipais (cumprimento de lei)

Editais	
Audiovisual (LPG Art. 6º)	R\$ 3.759.677,97
Outras linguagens (aporte do tesouro municipal + LPG – Art. 8º)	R\$ 3.261.611,39

Valores que devem ser aportados ao FMC pelo Tesouro Municipal	R\$ 1.738.693,00
Valores da LPG (art.8º - outras linguagens)	R\$ 1.522.918,39
TOTAL	R\$ 3.261.611,39

Territórios de Cultura: ações desenvolvidas pela SC

**Poucos funcionários,
difícil descentralizar.**

(Fonte: folha de pagamento de dez/22)

**Ações descontinuadas e
compartimentadas, difícil
descentralizar**

(fonte: apresentação dos projetos na reunião do CMPC dez/22)

**Quais são os objetivos de cada
projeto? Quais são os
indicadores em termos de
resultados, por exemplo, dos
projetos apresentados
referentes aos anos de 2018-
2019?**

**Quais são os critérios de
escolha de territórios?**

Convocatória
03.01.2023

(Cadastro de Orientadores
Culturais para os Territórios
de Cultura)

- Dados relativos aos 15 territórios: não há categorias claras, selecionadas, que justifiquem a seleção de bairros/territórios prioritários, salvo renda

DOIS TEMAS⁽¹⁾, UM MESMO DESCASO COM AS POLÍTICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL

⁽¹⁾ FMC e Territórios de Cultura

Finalizados os informes são tratados os seguintes itens da pauta:

- **Calendário de reunião do CMPC/SA:** O CMPC/SA delibera de forma unânime por manter as reuniões do Conselho na última terça-feira de cada mês, às 19h.

- **Debate sobre o programa de descentralização:** Continuando o debate iniciado na reunião ordinária de dezembro de 2022, sem quórum, portanto, apenas informativa é tratado novamente sobre o programa de descentralização com a participação de Adilson Ramos de Lima e Gabriela da Fonseca Simioni, funcionários da Secretaria de Cultura / Departamento de Cultura para esclarecimento de dúvidas e debate.

O conselheiro Flavio Dias Marin fala sobre o edital de 2023 dos “Territórios de Cultura” e a descentralização; o edital exige que o proponente seja representado por CNPJ o que, a seu ver dificulta que a cultura seja um direito universal, aborda a falta diálogo por parte da administração, os valores pagos nos editais que são muito baixos, os valores de hora/aula que estão defasados e questiona como é possível fazer com que a democratização do edital seja ampla com a restrição do CNPJ.

Silvia Helena F. Passarelli aborda a demora no pagamento dos contemplados nos editais, mesmo tendo CNPJ.

Sobre a apresentação feita em dezembro/2022, Silvia aborda ação realizada no CEU Ana Maria que motivou grupo de moradores a se organizar e buscar recursos, esta ação será repetida neste ano, em três bairros diferentes. Fala também sobre os projetos para cursos, ações que ocorrem na Rede de Bibliotecas e Museu. Relata que as ações parecem ser fragmentadas nos equipamentos e com exceção dos cursos, parece que as ações não tem continuidade. Questiona como manter o vínculo com os participantes e a continuidade das ações.

Fala sobre a dificuldade em manter a continuidade das ações na Rede de Bibliotecas com o número pequeno de funcionários. O mesmo acontece no Museu de Santo André, as atividades relatadas ocorreram em 2018 e 2019. Questiona qual é a continuidade que se dá aos trabalhos, quais são as metas e objetivos dessas ações dentro do Plano Municipal de Cultura.

Questiona também a escolha dos territórios no edital “Territórios de Cultura”, qual é a perspectiva e como se integra o território como um todo e como será o trabalho com áreas vulneráveis dentro do contexto apresentado.

A conselheira Viviane Gomes da Rocha fala sobre a continuidade das ações e como elas funcionam de maneira integrada com o restante da Secretaria de Cultura, cita como exemplo a abertura da Biblioteca Nair Lacerda aos domingos, uma vez por mês e todos os domingos durante as férias de julho, trazendo atividades não somente com livros, mas também com jogos atendendo o público que não consegue fazer uso da biblioteca durante a semana. Afirma que a experiência foi gratificante e que será retomada.

Fala sobre as visitas que ocorrem em parceria com a Secretaria de Educação que são ações contínuas, interrompidas durante a pandemia e retomadas neste ano. Reforça que há diversas ações contínuas e que acontecem em parceria e talvez seja necessária maior divulgação.

A conselheira Viviane Ferraretto da Silvia Pires destaca o critério na escolha dos territórios no edital “Territórios de Cultura”, pois há territórios vulneráveis não contemplados. Questiona qual o critério utilizado na seleção destes territórios nos editais.

Gabriela da Fonseca Simioni, funcionária do Departamento de Cultura, solicita fala para esclarecer as dúvidas apresentadas, entretanto, é questionada a possibilidade de fala sem solicitação prévia.

Valéria Fonseca esclarece que foi acordado que nesta reunião os funcionários estariam presentes para continuidade do debate iniciado em dezembro, uma vez que a reunião não teve quórum, impossibilitando deliberações.

A conselheira Renata Soares de Oliveira solicita que Valéria Fonseca fale em nome dos funcionários presentes uma vez que a fala não foi solicitada com antecedência, caso seja cedida fala aos técnicos da Secretaria de Cultura, sugere que seja cedida também aos membros da sociedade civil presentes que devem ser considerados como equipe técnica.

Marco Moretto Neto retoma a última reunião na qual a equipe técnica e membros do poder público estavam presentes e não houve quórum por parte da sociedade civil, sendo que a apresentação foi mantida por solicitação dos presentes, apesar da Secretaria de Cultura indicar que seria ideal realizar a apresentação em outra reunião ordinária com a presença da sociedade civil.

Reforça que a Secretaria de Cultura cumpriu com a regra de solicitação de fala. Afirma ser estranho realizar uma discussão sem a equipe técnica responsável pelas ações para esclarecimento de dúvidas.

O conselheiro Flavio Dias Marin concorda com Marco Moretto e solicita permissão das falas para continuidade do debate.

(Ocorreu queda de energia e na conexão, causando paralisação temporária da reunião que foi retomada em cerca de dez minutos)

O conselheiro Flavio Dias Marin fala sobre a estratégia de priorizar territórios que não possuem equipamentos de cultura, afirma não ter certeza se é uma boa estratégia levando em consideração que o CEU Ana Maria e Marek são pontos fundamentais de fomento.

Reforça a necessidade de rever os valores pagos nos editais, hora aula e exigência de CNPJ.

Valéria Fonseca esclarece que há oficinas ocorrendo no CEU Marek e Ana Maria, nos equipamentos de cultura e os territórios que não possuem equipamentos são priorizados.

Sobre a exigência de representação por CNPJ, esclarece que explicará e caso seja necessário, é possível buscar esclarecimentos jurídicos. Afirma que é compreendido que não há grande dificuldade em criar um CNPJ e também há maior facilidade em contratação e declaração de impostos através da pessoa jurídica (MEI).

Fala sobre o orçamento existente que é o que determina os valores, entretanto, é possível conversar sobre o tema. Afirma que os ajustes são necessários, os debates são positivos e constituem o caminho para as soluções.

Silvia Helena F. Passarelli afirma que os cursos são importantes, mas ainda tem dúvida sobre a fragmentação entre os diversos projetos que não aparentam ser interligados e fala sobre a fragmentação ocorrida pelo tempo. Cita como exemplo a ausência de atividades culturais nas regiões periféricas durante o período de férias.

Faz leitura das perguntas de Marilena Nakano no chat:

- O critério é selecionar territórios que não possuem equipamentos? Pois o edital lista os equipamentos que devem ser escolhidos e outros espaços dependem de negociação com a Secretaria de Cultura.

- Consta na convocatória que poderão atuar em equipamentos públicos culturais da cidade, estando aberta a possibilidade de atuação em outros equipamentos e espaços públicos da Prefeitura, mediante aprovação da Secretaria de Cultura. Qual é o critério de fato adotado para escolha de onde acontecerão as oficinas e cursos?

- Destaca que é importante salientar que as oficinas e cursos de 2022 iniciaram apenas no segundo semestre e no edital de 2023 não há calendário para início das atividades.

A conselheira Viviane Gomes da Rocha fala sobre as ações que acontecem nas bibliotecas relata as reuniões com o Centro Pop e CRISA para viabilização das mesmas. Relata que muitas atividades dependem de disponibilidade dos espaços e seus monitores devido à especificidade do público desses locais.

Reforça que há diálogo e disponibilidade para executar as ações.

Viviane Ferraretto da Silva Pires solicita esclarecimentos sobre a região que envolve Centreville, São Jorge, Condomínio Maracanã e Marek, pois no Jardim Marek existe equipamento de cultura.

Valéria Fonseca esclarece que todos os equipamentos de Cultura estão disponíveis para execução do projeto "Territórios de Cultura", por este motivo há oficinas do projeto nos dois CEU's e isso foi mostrado na apresentação em dezembro. Esclarece ainda que existe o critério de que o orientador deve ser do território e, caso nesta região não haja equipamentos culturais é somada pontuação.

Viviane Ferraretto da Silva Pires questiona se os CEU's são prioridade.

Valéria Fonseca afirma que ambos estão incluídos e faz leitura dos territórios de acordo com o disponibilizado na Plataforma CulturAZ e no edital:

Território 1: Campestre; Casa Branca; Centro; Jardim; Jardim Bela Vista; Santa Maria; Vila Alpina; Vila Assunção; Vila Bastos e Vila Guiomar.

Território 2: Jardim Alzira Franco (02 pontos); Jardim Ana Maria; Jardim Itapoan; Jardim Rina; Jardim Santo Alberto; Parque Capuava; Parque Erasmo Assunção; Parque João Ramalho; Parque Novo Oratório); Parque Oratório e Polo Petroquímico de Capuava;

Território 3: Jardim Cipreste; Jardim Guarará; Jardim Santa Cristina; Sítio dos Vianas; Vila Lutécia; Vila Luzita; Vila Suíça; Cata Preta (02 ponto); Jardim Irene (02 pontos); Jardim Vila Rica e Vila João Ramalho;

Território 4: Vila Aquilino; Vila Palmares(02 pontos); Vila Príncipe de Gales; Vila Sacadura Cabral e Tamarutaca;

Território 5: Jardim Bom Pastor; Jardim Jamaica; Jardim Stella; Paraíso; Pinheirinho; Vila Alice; Vila Floresta; Vila Gilda; Vila Scarpelli e Vila Valparaíso;

Território 6: Bangu; Parque das Nações; Parque Jaçatuba; Santa Terezinha; Vila Curuçá e Várzea do Tamandateí;

Território 7: Jardim das Maravilhas; Jardim Santo Antônio Jardim Utinga; Vila Camilópolis; Vila Francisco Matarazzo; Vila Lucinda; Vila Metalúrgica e Vila Sá (02 pontos);

Território 8: Jardim Telles de Menezes; Silveira; Vila Alzira; Vila Helena; Vila Junqueira; Vila Pires e Vila Vitória;

Território 9: Jardim Alvorada; Jardim Cristiane; Jardim do Estádio; Jardim Las Vegas e Vila Linda.

Território 10: Jardim Ipanema; Novo Homero Thon; Vila América; Vila Homero Thon; Vila Humaitá; Vila Progresso; Vila Tibiriçá;

Território 11: Centreville; Cidade São Jorge; Condomínio Maracanã; Jardim Marek; Parque Gerassi; Parque Marajoara; Vila Guaraciaba e Vila Guarani;

Território 12 Jardim Santo André (02 pontos)

Território 13 Miami Riviera; Parque do Pedroso; Recreio da Borda do Campo (02 pontos), Três Divisas e Waisberg;

Território 14 Parque América; Acampamento Anchieta; Areçáúva; Campo Grande; Estância Rio Grande; Jardim Clube de Campo; Jardim Guaripocaba; Jardim Joaquim Eugênio de Lima; Parque das Garças; Parque Represa Billings II; Parque Represa Billings III; Parque Rio Grande; Rio Bonito; Rio Grande; Rio Mogi; Rio Pequeno; Sítio dos Teco; Sítio Taquaral; Parque Andreense (02 pontos);

Território 15 Paranapiacaba (02 pontos);

Reforça é um critério de pontuação adicional, o território não possuir equipamentos de cultura, o que não impede de realizar ações nos territórios que possuem equipamentos. Esclarece que não é necessário

priorizar o Marek, pois já existe equipamento de cultura na região, diferente do Jardim Santo André ou Recreio da Borda do Campo.

Viviane Ferraretto da Silva Pires afirma que a explicação de Valéria esclareceu as dúvidas, entretanto, não está claro no texto do edital.

Silvia Helena F. Passarelli retoma dúvida sobre fragmentação das ações, pois ainda não vê diálogo e continuidade das ações, com exceção dos cursos que possuem calendário específico.

Questiona como é garantida a continuidade e o incentivo das ações dentro das comunidades.

Viviane Gomes da Rocha fala sobre as atividades continuadas, cita como exemplo as atividades do projeto “Territórios de Cultura” que acontecem dentro da Rede de Bibliotecas, que possuem continuidade definida, mas é possível conversar com o instrutor para ampliar as ações.

Silvia Helena F. Passarelli questiona quais são os indicadores que a Secretaria de Cultura utilizada para saber o que acontece a partir da continuidade, saber se o aluno retornou ao mesmo curso ou começou a produzir dentro da área de cultura, como é possível saber se os cursos oferecidos atingem a população ou se os cursos acabam se tornando atividades de lazer.

Viviane Gomes da Rocha retoma o exemplo das atividades que ocorrem na Rede de Bibliotecas, citando a oficina de quadrinhos na Biblioteca Cecília Meireles e a realização de atividade com a mesma temática na região para promover o debate e criar estímulo à comunidade. Fala sobre a possibilidade de realizar pesquisa sobre as ações realizadas.

Afirma perceber que as atividades do projeto “Territórios de Cultura” possuem começo, meio e fim em suas propostas e muito do que ocorre depois reflete na percepção de quem atua no local para dar continuidade às ações com atividades correlatas.

Marco Moretto Neto esclarece que há uma confusão no entendimento do que é um projeto e um programa, sendo que a descentralização é um programa prioritário da Secretaria de Cultura e possui característica processual, é contínuo. Não há clareza sobre seu meio e fim devido seu caráter continuado.

Compondo este programa existe uma série de projetos, como “Territórios de Cultura” que possui estrutura de início, meio e finalização, reciclados anualmente. Os projetos possuem papéis dentro dos programas para articulação, mobilização e fortalecimento.

Esclarece ainda que para implantar um programa é necessário ter instrumentos e meios para estabelecer esta implantação, portanto, foi desenvolvida metodologia junto à equipe do Museu de Santo André para reconhecimento da paisagem dos territórios que foi aplicada de maneira experimental em alguns lugares e foi testada a partir de mecanismos participativos. Esta em processo de ampliação com as equipes internas da Secretaria de Cultura. Também estão sendo desenvolvidos instrumentos para realizar este trabalho – aplicativo, jogos educativos e outros.

Aborda sua aplicação, que neste momento a Secretaria de Cultura não tem condições de executar com sua equipe em todos os locais e por este motivo é trabalhado com a sensibilização de agentes multiplicadores, sejam eles contratados como se pretende ou com agentes dos próprios territórios, como foi trabalhado com os educadores e se pretende trabalhar com os funcionários da Secretaria de Cultura e outros agentes da comunidade, transferindo a metodologia e instrumentos de aplicação. O material recolhido a partir disso será organizado para coleta de dados.

Afirma que talvez a visão fragmentada ocorra devido as apresentações na última reunião terem ocorrido separadamente, mas todos se articulam dentro do mesmo programa.

Silvia Helena F. Passarelli afirma que não consegue visualizar a articulação, parece que as ações são fragmentadas e a ponte entre elas não é clara.

Fala sobre o projeto do Museu que não foi apresentado na reunião de dezembro/2022, sendo citado apenas nesta reunião. Afirma parecer que as ações estão sendo construídas neste momento.

Marco Moretto Neto fala sobre a construção do trabalho e a implantação de projetos a partir de 2017, sendo que outros foram criados ao longo dos anos e incorporados ao programa. Fala sobre a interrupção dos processos nos territórios devido a pandemia, que impossibilitou ações presenciais que estão sendo retomadas desde a metade de 2022 e passando por nova organização. A Secretaria de Cultura tem trabalhado na convergência das ações desde a retomada das atividades no ano passado e, principalmente, no planejamento deste ano.

Viviane Gomes da Rocha fala sobre o projeto realizado pelo Museu de Santo André e apresentado na última reunião, afirma que apesar de não estar claro na explicação, o projeto teve como um de seus resultados a exposição em que as crianças mostravam sua visão sobre os pontos da cidade em que circulavam e relata interesse em levar esse tipo de ação para as bibliotecas e a necessidade de mapeamento e organização para que as atividades sejam devolvidas.

Silvia Helena F. Passarelli afirma que o projeto de inventário pode ter uma parcela relacionada à ação com as crianças, entretanto, é maior que isso.

Nada mais a tratar, foi dada por encerrada esta reunião às 20h40 presidida por Silvia Helena F. Passarelli e teve a presente ata lavrada por *Juliana Grillo Domenici*, secretária executiva deste Conselho.

Assinam os presentes:

	Nome	Assinatura
01	<i>Adilson Gonzaga Martins Alves – Titular</i>	<i>Presente</i>
02	<i>Adriana Aparecida Damasceno – Titular</i>	<i>Ausente</i>
03	<i>Andreia Geraldo – Titular</i> <i>Secretaria de Esporte e Prática Esportiva</i>	<i>Presente</i>
04	<i>Antônio Inácio Siqueira Junior – Suplente</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	<i>Presente</i>
05	<i>Carlos Roberto Panini – Titular</i> <i>Unidade de Comunicação e Eventos</i>	<i>Ausente</i>
06	<i>Daniele Cristina Vieira – Suplente</i> <i>Unidade de Comunicação e Eventos</i>	<i>Ausente</i>
07	<i>Danilo do Carmo Gomes – Suplente</i>	<i>Ausente</i>
08	<i>Eliane Mendana Diniz – Suplente</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	<i>Presente</i>
09	<i>Emerson Antônio de Campos – Suplente</i> <i>Secretaria de Esporte e Prática Esportiva</i>	<i>Ausente</i>
10	<i>Emerson Carlos Ferraz Gonçalves – Titular</i>	<i>Ausente</i>
11	<i>Flavio Dias Marin – Titular</i>	<i>Presente</i>
12	<i>Gustavo Ribeiro de Souza – Suplente</i>	<i>Ausente</i>
13	<i>Hamilton Fernando de Paula – Suplente</i>	<i>Ausente</i>

14	<i>Idivaldo da Cunha – Suplente Secretaria de Cidadania e Assistência Social</i>	<i>Ausente</i>
15	<i>Josenilda Maria da Silva – Titular</i>	<i>Presente</i>
16	<i>Juliano de Assis Roberto – Titular</i>	<i>Presente</i>
17	<i>Marco Moretto Neto – Titular Secretaria de Cultura</i>	<i>Presente</i>
18	<i>Marcos Vinicius Valentim da Silva - Titular</i>	<i>Ausente</i>
19	<i>Maria Claudia Ferreira Gomes – Suplente</i>	<i>Ausente</i>
20	<i>Mateus de Novaes Campos – Suplente</i>	<i>Ausente</i>
21	<i>Mayra Gusman de Souza Brito – Suplente Secretaria de Cultura</i>	<i>Ausente</i>
22	<i>Melissa Szymanski dos Santos – Suplente</i>	<i>Ausente</i>
23	<i>Nathalia Andrade dos Santos – Titular Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária</i>	<i>Presente</i>
24	<i>Osmar Junqueira Lima das Chagas – Titular Secretaria de Educação</i>	<i>Ausente</i>
25	<i>Paulo Bueno da Silva – Suplente</i>	<i>Ausente</i>
26	<i>Regiane Ferreira Martins Harich – Suplente Secretaria de Educação</i>	<i>Ausente</i>
27	<i>Renata Soares de Oliveira – Titular</i>	<i>Presente</i>
28	<i>Robson Luiz Santos Silva – Titular</i>	<i>Ausente</i>
29	<i>Rubens Gallino Junior – Titular Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego</i>	<i>Ausente</i>
30	<i>Simone Zárate – Titular Secretaria de Cultura</i>	<i>Ausente</i>
31	<i>Silvia Helena F. Passarelli – Titular</i>	<i>Presente</i>
32	<i>Soraia Conceição de Souza – Suplente Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária</i>	<i>Ausente</i>
33	<i>Tábata Riatto da Silva – Suplente Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego</i>	<i>Presente</i>
34	<i>Telma Canevazzi – Titular Secretaria de Cidadania e Assistência Social</i>	<i>Presente</i>
35	<i>Valéria Fonseca – Titular Secretaria de Cultura</i>	<i>Presente</i>
36	<i>Vitor Hugo Moraes – Titular Secretaria de Cultura</i>	<i>Ausente</i>
37	<i>Viviane Ferraretto da Silva Pires – Suplente</i>	<i>Presente</i>
38	<i>Viviane Gomes da Rocha – Suplente Secretaria de Cultura</i>	<i>Presente</i>